

Instruções para os Imigrantesⁱ

Capistrano de Abreu

[Rosto]

Estado do Rio de Janeiro, Instruções para os Imigrantes publicado pela Companhia Metropolitana.

É autor deste escrito, até hoje inédito, o erudito escritor J. Capistrano de Abreu, que desta foi incumbido pela Companhia Metropolitana, a qual lhe pagou adquirindo por tanto a propriedade, Rio, 18 de Agosto de 1897.

[1]

“Os primeiros navegantes europeus que aprontaram à magnífica baía chamada Ganabára (sic) e Niteroi pelos indígenas ribeirinhos, julgavam ter diante de si um rio.

Como nela chegaram a primeiro de Janeiro de 1502 denominaram-na Rio de Janeiro.

Este nome passou mais tarde a cidade fundada na margem ocidental da mesma baía, que ainda hoje serve de capital federal dos Estados Unidos do Brasil; e finalmente a todo o Estado que possui a maior parte da mesma baía e se estende a Norte, Leste e Oeste dela.

Disputada por muito tempo entre franceses que queriam fundar uma França antártica e portugueses que não toleravam estrangeiros entre o Amazonas e o Prata, ao final ficou em poder dos portugueses.

Em 1565 lançaram-se à entrada da barra as bases da cidade, oficialmente denominada de São Sebastião; em 1567 foi transportada [2] para onde hoje está. Desde então seu progresso e o do estado tem sido seguro e contínuo. Dentro de poucos anos fundaram-se numerosos engenhos de açúcar. Em 1615 começou-se a cidade de Cabo Frio, baluarte contra os franceses, tanto mais apaixonados daquele território quanto menos lhes sorria a sorte das armas, foi depois ocupada a fértil zona de Campos, que logo se cobriu de rebanhos de gado e canaviais verdejantes; já em fins do século XVI possuíam os jesuítas importante estabelecimento pastoril em Santa Cruz, e daqui e do vizinho estado de São Paulo procedeu a gente que povoou Parati, Angra dos Reis e Guaratiba.

A importância do Rio de Janeiro afirmou-se pujantemente no século passado. Para a colonização de Santa Catarina e Rio Grande do Sul [3], para as guerras travadas com os espanhóis, a quem os portugueses queriam avançar a posse e a navegação exclusiva do Rio da Prata, serviu a cidade de base de operações. Desde 1704, abriu-se uma estrada entre a

cidade e as minas de ouro recentemente descobertas e extraordinariamente abundantes, de modo que sua baía ficou sendo o porto da opulenta Capitania de Minas Gerais. Foi sendo povoado o rio Paraíba nos limites com São Paulo e Minas, A notícia de jazidas auríferas no lugar chamado agora Cantagalo, trouxe para ali muitos mineiros que, senão encontraram grande riquezas, ao menos desbravaram aquelas matas, só percorridas até então por feras e índios bravios. A mudança da Capital do Brasil da cidade de Salvador da Bahia para o Rio de Janeiro, em 1763, consagrou oficialmente sua supremacia.

A supremacia do Rio tornou-se ainda mais indisputada quando em 1808 El-rei de Portugal, coagido pelo poder das armas de Napoleão a deixar o Velho Mundo, assentou aqui a Corte e a capital de seus domínios, derrocou lentamente o sistema colonial e, sem quere-lo talvez e sem sabe-lo, regeu o Brasil como metrópole, como país independente e abriu-lhe a era nova. Com a transplantação da monarquia metropolitana de 1808 a 1821; depois com a fundação da monarquia independente em 1822 e sua persistência até 1889, ainda mais considerável se tornou a missão histórica do Rio de Janeiro, a cidade e estado. Embora idêntica pela língua, pelos costume, pela religião e pelas idéias, o povo brasileiro não tinha bem nítida a consciência de sua unidade. A política colonial pusera-o sistematicamente de quarentena e ele se acostumara a viver segregado, retalhado em pequenas frações que, ilhadas pelas grandes distâncias e dificuldades de comunicações, não se conheciam, nutriam prevenções umas contra as outras e a nenhuma reconheciam superioridade de espécie alguma. Dai sanguinolentas lutas fratricidas ao Sul e principalmente ao Norte, que duraram cerca de 20 anos. Ao Rio de Janeiro coube a glória de assumir a superioridade entre suas irmãs, de manter unidos os elementos divergentes, de impedir que o Brasil se torna-se mera expressão geográfica, de através todas as peripécias sustentar e conservar uma pátria grande, rica e poderosa que é na América do Sul o que os Estados Unidos são [6] na América do Norte.

Ao mesmo tempo crescia sua opulência, devida em grande parte, ao comércio, mas principalmente a agricultura do café, de que é o maior produtor no mundo. Simultaneamente o vapor ligava-o dos países mais remotos, as estradas de ferro mobilizam-lhe os recursos e estes têm sido e irão sempre em aumento pela natureza das coisas, com tanto que do Velho Mundo venham colaboradores que aqui faltam, e que trabalhem na acumulação de suas riquezas.

Quando em 1888 em menos de uma semana foi abolida a escravidão, sobre a qual desde séculos se estiava o trabalho agrícola e a fortuna coletiva, pensou-se principalmente nos

países produtores de café, que o Rio de Janeiro atravessaria uma crise tão difícil de debelar que importaria o seu [7] aniquilamento. A verdade porém, é que, apesar das grandes perdas que vieram agravar sucessos políticos e econômicos, ele soube conservar a sua posição, e tudo denuncia que a ninguém a cederá.

Nenhum fato prova mais eloqüentemente quão profundas e sadias são as raízes da sua prosperidade.

[8] Acha-se o estado do Rio de Janeiro encravado entre Espirito (sic), Minas Gerais e São Paulo, e o Distrito Federal, que antigamente, até 1834, a ele se achava incorporado, mas pela Constituição vigente deverá ser elevado a estado independente, logo que a capital dos Estados Unidos do Brasil for transferida para o Planalto Central da República.

A Leste e a Sul banha-o o Oceano Atlântico, facultando-lhe excelentes portos.

Da fronteira de São Paulo a Cabo Frio corre o litoral na direção média de Oeste a Leste, apresentando neste trecho, as baías de Parati, Angra do Reis, Sepetiba, e numerosas ilhas das quais a maior é a Grande, onde existe um lazareto; a baía do Rio, celebre em todo o mundo pela capacidade de seu ancoradouro e suas beleza naturais a Cabo Frio, a barra de Cabo Frio, [9] excelente ancoradouro, a entrada da lagoa de Araruama.

Do Cabo Frio ao Cabo de São Tomé corre a costa na direção média de Leste, Norte, Leste – Oeste, Sul, Oeste, cortando neste trecho: os portos da barra de São João e Rio das Ostras; a baía Formosa; a de Macaé, onde se projeta estabelecer uma alfândega; o porto de Imbetiba, aproveitado pela navegação costeira; e o cabo de São Tomé baixo e arenoso, onde existe um farol.

Do cabo de São Tomé à divisa com Espirito Santo corre finalmente a costa na direção média de Sul Norte, baixa pouco recortada, e recebe o rio Paraíba, que é o maior do estado.

Os melhores portos, as ilhas maiores e mais numerosas, o trecho mais denteado do litoral, demoram entre Cabo Frio e os limites com São Paulo.

Divide-se o estado do Rio de Janeiro em duas seções vulgarmente chamadas de serra acima e serra abaixo: na primeira domina o terreno montanhoso, e a segunda é constituída por planícies mais ou menos extensas. Entre Cabo Frio e os limites com Espirito Santo domina a planície, que às vezes se alarga por dezenas de léguas, cortada por numerosas lagoas, que já se tem planejado ligar umas às outras por meio de canais, de modo a proporcionar navegação interior entre o baixo Paraíba e a baía do Rio.

As maiores destas lagoas são: a do Campelo ao norte do Paraíba, ao qual se liga por dois canais; a Feia ao sul do mesmo rio, separada do Oceano por uma estreita restinga apenas, a maior de todas, pois tem uma superfície [11] de setenta quilômetros, ligada também ao Oceano por diversos canais em tempo de chuva, muito piscosa, mas só navegável por canoas; a de Araruama, próxima do Cabo Frio, ligada por um canal ao mar, de que a separa uma restinga navegada a vapor, com muitos portos.

A Oeste desta aparecem ainda outras, arrumadas de Leste para Oeste, como as de Saquarema, ligada ao mar por um canal, Jucuné, Cururupina, Maricá, etc.

A planície cede lugar à montanha, principalmente entre Cabo Frio e os limites de São Paulo. Três quartas partes do território são desiguais e montanhosas, repartindo-se numa porção de diferentes serras, as quais, porem, nenhuma ultrapassa a região das matas, ao contrário de Minas Gerais, em cujas serranias mais altas dominam campos.

[12]

Embora a serra seja de configuração mui variada, reconhecesse na sua disposição uma direção geral de Oeste para Este. Na sua parte Oriental a serra inclina-se para Norte, prendendo-se a Serra dos Aymores, no Espírito Santo. Na parte Ocidental manda um galho para Sul até os limites de São Paulo. Além desta cordilheira marítima, geralmente chamada Serra do Mar, notável pelas suas formas pitorescas e arrojadas em que dominam os picos e zimborios, existe a Serra da Mantiqueira, que acompanha a margem esquerda do Parahyba e apresenta no Itatiaya o ponto culminante do Brasil.

[13]

Quase precisamente ao sul do Itatiaya está um cabeça de serra que dá origem a dois rios, um pequeno, o Parahy, que corre para Este e depois para Nor-este, entre duas serranias da cordilheira marítima; outro maior, o rio Parahyba do Sul, sob o nome de Paraitinga que corre para Sul-Oeste e Oeste, por mais de 160 km; escapando então para o Norte, depois de contornar a cordilheira que prendia dobra-se sobre si, corre na direção geral de Este Norte por trás da Serra do Mar, atravessa todo o Estado de Rio de Janeiro, até que a uns 90 km do mar rompe-se as montanhas, abrem-se os campos e o rio desemboca no mar, após de um curso de mais de 800 km.

Os principais afluentes do Parahyba são: o Parahy, já mencionado, que permite navegação de vapor a pouca distancia da sua foz, o Preto [14] maior, que desemboca ao norte; o

Pirapitinga, que nasce na serra do Pardo; o Piabanha, que nasce próximo a Petropolis e unido ao Preto desemboca em Entre Rios, pouco acima do Parahybuna; o Paquiquer e Dois Rios que colhem as águas de Cantagalo e Nova Friburgo; o Pomba que nasce na Serra da Mantiqueira poucas léguas ao Este de Barbacena e o Muriahé que nasce na mesma cordilheira, poucas léguas mais para Este.

O Parahyba do Sul é o maior do Estado, mas não é o único. Entre os que diretamente desembocam no Atlântico merecem menção: Itabapoana, que nasce entre as Serras do Pico e Itabapoana, é navegável até 70 km do mar e divide os Estados de Rio de Janeiro e Espírito Santo; Macahé, que desce das Serras [15] de Macahé e do Frade tem o curso de 120 km, recebe como principal afluente o Rio São Pedro, antes de cuja junção é navegável por canoas dando de aí por diante entrada a pequenas embarcações costeiras; São João, que nasce nas serras de Sant'Anna, recebe diversos afluentes como Crubixaes, Dourado, Ipuçá, Bacaxá, alguns dos quais navegáveis, atravessa a lagoa de Jutunaiba e faz barra, depois de um curso de 120 km; Guandú, que nasce na Serra da Estrela recebe vários tributários, de que o Ribeirão das Lajes é o mais volumoso, e Guandú-Mirim serve de limite entre parte do Estado de Rio e o Distrito Federal. Na Baía de Rio de Janeiro desembocam numerosos cursos de água, de que 17 tem mais ou menos importância. Dentre eles citaremos [16] Macacú o maior de todos, que nasce na Serra da Boavista, próximo a Nova Friburgo, engrossa consideravelmente com a afluência de muitos rios, entre os quais avultam Batatal, Casserebú, Aldeia, Guapiçu e, depois de fazer grandes voltas e oferecer 90 km navegáveis desemboca por uma barra de 450 m de largura; Inhamirim, o maior depois do Iguassu, que nasce na Serra da Estrela e, unindo-se ao cachoeira, forma uma bela cascata de 44 m de altura e 20 de largura, recebe outros afluentes como Piabete, Cayoava, Savacurama, é navegável a vapor durante 18 km, e mais por embarcações menores; Iguassu apenas inferior ao Macacú, nasce na Serra do Tinguá, recolhe os tributos de Iguaré, Maruhí, Utum, Lage, e quase no fim do seu curso [17] o importante Pillar, banha a Vila de seu nome até onde é navegável.

Do que fica dito vê-se que os rios mais importantes demoram ao Norte e leste do Rio de Janeiro donde as planícies se alargam e a Serrania se retrai. Tanto é assim que entre o Guandú, divisa em seu curso inferior do Distrito Federal com o Estado de Rio de Janeiro; entre o Guandú, dissemos, e as divisas de São Paulo, onde a Serra do Mar chega quase a

banhar-se no Oceano, no há rios dignos deste nome: vulgarmente chama-nos cachoeiras denominação excelente e exacta.

Embora diversos rios do Estado se prestem em trechos mais ou menos extensos à navegação, esta não tem, nem provavelmente terá jamais, o desenvolvimento que fora para desejar: exigiria obras dispendiosíssimas, e as estradas férreas são [18] mais baratas. Em compensação existem nestes rios milhares de cavalos mecânicos, e sua força que já começa a ser utilizada sel-o-la cada dia mais, a medida que o Estado de Rio de Janeiro, hoje principalmente agrícola se for tornando industrial.

Situado quase no limite da zona tropical, tendo uma pequena parte já na zona temperada, o Rio de Janeiro goza de um clima de transição. Em serra abaixo é quente, com estações pouco caracterizadas, com poucas diferenças entre os meses do ano e entre os dias do mês. Os meses mais frios são de Abril a Julho, os mais quentes geralmente de Janeiro a Março. Em serra acima o clima é mais temperado [19] e menos constante. As diferenças entre o dia e a noite são bastante sensíveis; as variações entre os meses do verão e inverno são muito notáveis. Em Teresópolis tem se registrado anos em que o termômetro desce a zero grados e sobe a 34; em Nova Friburgo as temperaturas extremas oscilam entre 29 e 1 grau.

Para se ter noção justa da salubridade do estado do Rio de Janeiro, convém no confundir-lo com a cidade do mesmo nome, que é a Capital Federal.

O estado de Rio de Janeiro é geralmente salubre; nos lugares pantanosos há sem dúvida casos de febre palustre, hoje aliás menos comuns e perigosos que antigamente, graças ao amanho dos [20] terrenos. Nas serras a salubridade é invejável. Em geral as doenças que grassam no Estado, são as mesmas do Velho Mundo.

Mesmo a cidade do Rio de Janeiro não se pode a rigor considerar insalubre, é no juízo da marinha inglesa já gozo da fama de estação saudável, fama só acabada com o aparecimento da febre amarela, hoje endêmica.

A febre amarela apareceu pela primeira vez em dezembro de 1849. Desaparecendo a epidemia, ficou em caráter endêmico até 1861, em que se extinguiu quase totalmente. Importada novamente em 1869 pelo vapor italiano Creola, ficou desde então grassando anualmente, ora com maior, ora com menor violência.

Segundo os dados estatísticos, na [21] cidade – não no estado – cai vítima da febre amarela 1 por 350 habitantes anualmente.

Quanto a fauna e a flora do estado do Rio de Janeiro, diremos apenas que a Mata é a feição dominante e característica da região; campos há também, sem dúvida, mas pequenos e em áreas restritas. As matas, porém, tendem a desaparecer: encontram-se ainda em Angra dos Reis, em Marambaia, na Serra dos Órgãos e em pequenas manchas em muitos municípios; mas já é raro o espetáculo grandioso, e não se vem quase os gigantes vegetais, tão velhos como o mundo, que ainda em [22] princípio deste século enchiam de assombro os estrangeiros e naturalistas.

Também a fauna é a fauna da mata, hoje muito reduzida.

As terras pareciam-se, escreve um antigo fazendeiro do Rio muito conhecedor das causas do seu estado, avistando-se suas florestas ao longe, principalmente nos meses de florescencia. A folhagem das arvores, a configuração dos galhos e sua altura, a cor das flores, fazem distinguir-se a qualidade e a natureza a notável distancia. Entrando-se pelas matas, à primeira vista de olhos conclui-se pela madeira a qualidade das terras, se boa, média ou má.

Na de primeira qualidade encontrareis o superior óleo vermelho, o jacarandá-tan, [23] o jacarandá roxo, o guarubú, o guarema, o gurapoca, a catinga de porco, a canelha de saçafráz, o cedro, o jequitibá, a laranjeira, o arco de pipa, o pão parahyba, a canela de veado, o sucupira, o tingusibá e outros.

Nas terras médias achareis o guaraçahy, a pérola, o cabiuna, algum tapinhuã, a avacurana, a cangerana, o cataguá, a guavapiapunha, a canela do brecho, a canela preta, a canela cheirosa, o guaraúna, o ipê, o taguarussú, a taquarapoca e outros.

Nas inferiores encontra-se muito tapinhuã, o ipê, o murici, o pão-canudo, o bacupary, o milho cozido, o negro mina, muito caeté, a taquara de lixa, o cipó-timbó, a serapilheira, e outras arvores e vegetais que não existem em terra boa.

Entretanto, muitas terras boas há que [24] nas cabeças dos morros e das meias laranjas apresentam madeixas que só dão em abundancia em terrenos inferiores, e que aliás, são madeira de primeira qualidade para construção, como a garaúna, o ipê, a guarapiapunha.

O trabalho na mata virgem faze-se do seguinte modo:

Consiste a primeira operação na roçagem que é, mediante força, deitar abaixo o mato mais fino.

A segunda é a derrubada na qual a machado se acomete o arvoredo maior. Geralmente se ataca uma árvore de cada vez; quando, porém, existem algumas [25] grupadas, ligadas por cipós e assentes à borda de ladeiras, atacam-se as menores só por um lado, reservando-se todo o esforço para pau maior, que está no centro e leva os outros todos na queda. Este pau maior chama-se matador, a esta derrubada coletiva chama-se fazer picaria.

É a terceira operação tocar fogo no mato derrubado, quando seco, e reduzi-lo a cinzas para que dê lugar à plantação.

O mais é fácil: limpar o solo de modo a libra-lo do hervanço, cercar a roça e finalmente planta-la.

Tais eram pouco mais ou menos os trabalhos que faziam os primeiros habitantes do Brasil, que, possuindo apenas grosseiros machados de pedra, tinham de procurar reforços no emprego do fogo; estes foram os que os primeiros colonos europeus, armados de ferramenta [26] incomparavelmente superior, aprenderam e transmitiram a seus descendentes, que ainda os praticam.

A derrubada tem sua técnica especial, e, embora mui provavelmente o colono não tenha de sujeitar-se a penosa aprendizagem, todavia podem ser-lhe úteis algumas informações a tal respeito. Colhemo-las do livro de um colono alemão que em Santa Catarina experimentou e descreveu a vida da mata virgem.

Na derrubada mostram-se os brasileiros verdadeira maestria, diz ele. O machado voa-lhes tão leve das mãos que dir-se-ia brinquedo de crianças, entretanto de cada vez tanto se enterra na [27] árvore, que tira-lhe grande lasca.

No manejo ligeiro do machado está a principal condição para o trabalho ser bem sucedido.

Só a mão que pega a parte inferior deve ficar sempre no mesmo lugar; a outra há de escorregar para cima quando se levanta o machado, é para baixo quando se dá o corte. Na não observância desta regra geralmente consiste o maior erro do novato, que, segurando o cabo com as duas mãos nunca imprime direito a força impulsora.

Em segundo lugar é de advertir que o machado não deve fazer só incisões, é preciso que tire também parte da madeira. Para isto convêm que as lascas não saiam muito grossas porque

ficariam pregadas por baixo, tornando-se preciso um golpe perpendicular para separá-las, nem muito finas, por que seria [28] mister amiudar os golpes. O trabalhador adestrado escapa deste dilema não tirando o machado na mesma direção em que o enterro na madeira, mas dando-lhe um pequeno impulso lateral que arrebenta a lasca e de algum modo a escava. Este método nem sempre é aplicável, principalmente quando a madeira é difícil de lascarse; além disso nunca dispensa de todo o entale perpendicular, mas aplicado convenientemente dá sempre bom resultado.

Em terceiro lugar a que atender-se ao lugar em que se deve dar o corte. Quando este fica muito baixo, é preciso levantar muito o machado; isto sem dúvida lhe dará muito mais força, mas daí não advirá vantagem, por que então não se poderá dar o impulso lateral que arrebenta e escava a lasca.

[29]

Muito importante é a escolha do lado porque se deve atacar o gigante da mata. O lenhador adestrado conhece com previsão em que direção cairá a árvore, e é fácil sabe-lo quando ela se acha inclinada ou a borda de uma ladeira; na planície uma árvore direita cai comunmente para o lado que tem mais galhos e folhas. Do lado para onde se calcula que a árvore cairá, faz-se um corte que, conforme a maior ou menor inclinação da árvore, e conforme a maior ou menor rizeza da madeira será de um terço e até de metade da circunferência. Passa-se então a outro lado, onde na mesma altura faz-se outro corte. Assim nunca se tem de cortar internamente a árvore. Apenas na luta entre as forças de coesão e de gravitação vai esta aumentando com o enfraquecimento [30] repetido da primeira até dominá-la, rompem-se os tecido vegetais que estavam intactos no meio, e a árvore vai a chão.

As queimadas no Rio de Janeiro, faz-se no fim da estação fria, e, preparado convenientemente o terreno, començam-se as plantações em agosto e setembro.

O milho planta-se duas vezes em serra acima e mais em serra abaixo. A de diversas qualidades e sua produção é grande – duas espigas de 300 a 400 grãos por cada semente, as vezes mais; nunca menos de 100 a 200 por uma. A palha [31] é excelente forragem; os caroços substituem a aveia no tratamento dos cavalos; verde o seco é agradável alimento da população, que o come assado, cozido, inteiro ou reduzido a farinha. Com o nome de angú é muito consumido nas zonas agrícolas. A maizena que dele se extrai presta-se a confeições

de excelentes bolos. Acresce que, depois de maduro, não dá mais trabalho pois pode ficar mesmo no campo, até que se precise busca-lo.

Do feijão acerca de 20 espécies diversas, mas a mais apreciada é a do preto. Planta-se duas vezes. A primeira de fins de janeiro a fins de fevereiro é a sementeira de tempo; a segunda em setembro e outubro – é a que se chama o feijão das águas. É um dos alimentos mais empregados no estado, juntamente com toucinho e carne seca. A sua produção é 50 a 80 por um. [32] O arroz planta-se desde agosto até setembro principalmente nas terras baixas e pantanosas. A sua produção não raro é de 1000 por um.

Ao contrário do arroz, a mandioca é inimiga da umidade. Sua plantação faz-se por meio de estacas nos últimos meses do frio. Há dela duas qualidades a mansa ou aipim, que se come cozida e asada, e a brava, de que se faz a farinha comumente usada e se extrai a tapioca, depois de reduzida a massa.

Muitas plantas há ainda do que se poderia chamar a pequena lavoura, ou antes a lavoura interior, pois esses produtos são consumidos no estado. Nem assim a produção é suficiente: dos Estados Unidos e do Rio da Prata vem-lhe muito milho, muito arroz da Índia, feijão preto e farinha dos estados que [33] ficam ao sul, principalmente Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A grande lavoura, cujos produtos destinados a exportação constituem a massa mais considerável das transações internacionais, representam-se no café e na cana de açúcar.

O café planta-se em terrenos de 250 a 500 metros de altura acima do nível do mar. Plantado mais baixo a produção é de qualidade somenos; mais alto, dá colheitas irregulares e tardias.

Planta-se geralmente nos meses de setembro, outubro e novembro; pode também plantar-se [34] em janeiro e fevereiro por meio de mudas, que é o mais seguido, ou de sementes. No fim de três a quatro anos dá a primeira colheita; aos seis anos atinge todo o vigor e conserva-se assim alguns anos; tendo uma vida média de 25 a 30 anos em serra acima, de 18 a 20 em serra abaixo. Entre 15 e 20 anos costuma muitas vezes serra-lo e rebentando dá novas colheitas remuneradoras por 5 a 10 anos mais.

Antigamente era limpo a enxada três vezes por ano, em março ou abril, em setembro ou outubro, em novembro ou dezembro. Hoje, porém, estas limpas em geral se reduzem a duas – uma depois de setembro, quando flora, outra antes de março, quando vai amadurecendo e se aproxima a colheita.

A colheita começa antes de junho. A produção média de cada pé [35] calcula-se em 333 gr ou 22 e $\frac{3}{4}$ arrobas por mil pés, 6 sacas de 60 kg por ha ou 13 sacas por alqueire.

A cana de açúcar, em outro tempo o mais importante ramo da produção agrícola do Brasil, foi depois decaindo, devido principalmente a concorrência de açúcar de beterraba e a imperfeição dos aparelhos. Ultimamente, porém, tem ressurgido e começa a prosperar novamente. Para esta nova fase muito tem colaborado os engenhos centrais dotados de ferramenta poderosa e processos aperfeiçoados, onde os lavradores vendem a cana diretamente, sem se preocupar pela extração de seus princípios.

Os engenhos centrais ficam na sua maioria no Baixo Parahyba e suas vizinhanças. Além dos particulares como Pureza, Limão, Cupim, São Joaquim, contam-se subvencionados pelo governo: [36] o de Guissaman, fundado em 1837 no município de Macahé, com um capital de 1.500:000\$000 reis, capacidade para mover 500 toneladas métricas em 24 horas. Os dados sobre a safra de 1892-1893 são os seguintes: começou a moagem a 6 de junho e terminou-a em 11 de fevereiro; moeu 43.814.530 kg de cana que produziram 2.416.560 kg de açúcar e 624.000 litros de aguardente; a venda líquida da safra foi de 420:062\$168; Rio Bonito situado à margem do Parahyba, no município de Barra, com o capital de 1.500:000\$000 capacidade para moer 250 toneladas em 24 horas. Os dados da safra de 1892-1893 de agosto a janeiro, são os seguintes: moeu 4.207.160 de cana, produziu 346.200 de açúcar de primeira, segunda e terceira jactos e 782.400 litros de álcool de 18 graus a 25 graus Cartier; usina Barcellos [37] De julho a Dezembro de 1892 moeu 12.801.071 kil. Produzui 738.300 kil de açúcar turbinada e destilou 234.900 litros de álcool. Neste engenho que desde 1852 desistiu de garantias de juro, já se tentou o processo de difusão.

Além destes, que são os engenhos principais, há outros ainda garantidos pela garantia federal de juros, porém de menor importância.

A cana planta-se de janeiro a março e também em agosto e setembro, e, como se viu das notas sobre as safras dos engenhos centrais corta-se e moe-se no último semestre. E aqui poderemos de passagem fazer uma observação sobre a lavoura do Rio, e é que ela gira a volta de duas épocas principais do ano: os equinócios de março e setembro indicam, com a diferença de um ou dois meses, [38] as épocas das plantações; os solstícios de junho e dezembro indicam as épocas das colheitas.

Exames recentemente feitos da cana do Rio de Janeiro atestam sua superioridade a qualquer outra de procedência estrangeira. A cana da usina Barcellos deu 13,41 a 18,81 % de sacarose,

media 16,88% a de Bracuhy, 14, 86% media. As melhores canas de Guadalupe não dão mais de 14%; as de Demelara 13%, as de Cuba 14%, as de Louisina 14%.

Primitivamente a cana só era plantada em lugares baixos, no recôncavo da Baía de Rio, em Campos, etc. Ultimamente tem sido plantada com excelente resultados nas mesmas alturas que o café, e até mais alto.

Segundo pessoa autorizada, a cultura da cana é mais vantajosa ainda que [39] a do café, pois uma família, em que haja dois homens adultos, pode cultivar dois hectares plantados de cana que passados 15 meses lhes darão 200.000 kilos, que vendidos a 8.000 os 100 kilos produziram 1.600.000 de renda.

A agricultura, oferecendo a remuneração mais generosa a quantos nela se queiram empregar, foi causa que, depois da independente, o Brasil e especialmente o estado do Rio de Janeiro, desairasse outras indústrias. Antes da independência o governo cioso da metrópole chegou ao extremo de em 1785 mandar [40] fechar as diferentes fábricas que existiam e se iam desenvolvendo.

Entretanto já existem numerosas fábricas de tecidos finos e grossos, uma de linhas, uma de movim, está-se levantando uma de papel; existem outros de cerveja, estabelecimentos cerâmicos, fundições importantes como a Ponta da Areia, pequenos estaleiros como em São João da Barra.

Sobre fábricas de tecidos podemos colher as seguintes informações:

A companhia fábrica de tecidos São Pedro de Alcântara, fundada em 1874, tem atualmente o capital 1.000:000\$000. Possui 162 teares e 4.368 fusos. Produz em meia 7.000 metros de panos grossos brancos e riscados diariamente, e anualmente 2.010.137. A media dos operários é 270, e o salário vai de 500 reis diários, para meninos, a 5\$500. [41] A fábrica Nacional de Santo Alexo instalada no ano de 1837 tem um capital de 1000:000\$000. Possui 100 teares, tece por dia 6.000 metros e por ano 1.800.000 de riscados. Seus operários são em número de 220, e a média do salários 2\$500.

A Companhia Brasil Industrial fundada em 1872 tem o capital de 6.000:000\$000. Possui 840 teares. Produz diariamente 32.000 metros e anualmente 9.000.000 de algodozinho e americano. Seus operários são em número de 950 e a média dos salários é de 2\$300.

Há mais outras fábricas como a de Cascatinha no município de Petrópolis, a de Pau- Grande em Campos, mas os dados que ai ficam bastam para apresentar a importância deste ramo da indústria.

A fábrica de linhas instalada em 1879, com o capital de 600:000\$000, tem 110 operários cujo salário médio é de 2\$200; produz diariamente 80 grossas de linha em carretel e anualmente 24.000 grossas.

[42] Diremos agora poucas palavras sobre criação de gado.

Cobertos de matas em quase toda a sua superfície, na qual os campos aparecem como ligeiras manchas, o solo fluminense era pouco apropriado à criação de gado, que apenas floresceu em Santa Cruz, na celebre fazenda que a tiveram os Jesuitas, em Campos, e nos limites com Espírito Santo.

A grande lavoura do café, desbastando as matas formou pastos que podiam ser aproveitados, mas não o foram logo. Só agora começam as tentativas, em pequena escala, porém com direção muito acertada. Tem-se introduzido raças aperfeiçoadas de gado vacum, das quais os Zebus são os mais convenientes para o trabalho; tem crescido a produção do leite, principalmente próxima a Itatiaya, nos limites com São Paulo e Minas, onde [43] se fabricam queijos e manteigas apreciados. Os prospectos de futuro são risonhos o mais possível. Há tentativas também de introdução de raças ovinas próprias para o corte. Quanto à criação de porcos, se por um lado é provável que tenha estacionado, senão diminuído o número, depois de abolida a escravidão, trata-se de melhorar as raças, e a tal respeito já está bem começado trabalho em alguns lugares, como na colônia Alpina, junto a Teresópolis.

Aproveitaremos este assunto para juntar o pouco que há a dizer quanto a alimentação.

Quem morar junto à cidades vilas mais importantes encontrará facilmente carne fresca, pão, vinho, e mais comodidades, com tanto que possa pagá-las. No interior as condições divergem: a base da alimentação é a carne seca, vinda do Rio Grande do Sul [44] e Rio da Prata, (incontestavelmente sadia, saborosa, podendo ser preparada de muitos modos, mas cujo aspecto a torna desagradável nos primeiros dias), misturada com touzinho, e feijão preto, ou angú de milho. A farinha de mandioca, alimento habitual do país, só pouco a pouco o colono se habituará.

Há pouca caça, mas muito peixe, tanto de mar como de rios e lagoas.

[45] Dos 48 municípios em que se divide o estado de Rio de Janeiro ficam a beira do mar e tem por conseqüente o podem ter navegação de cabotagem os de São João da Barra, Campos, Macahé, Barra de São João, Cabo Frio, Araruama, Saquarema, Maricá, Itaguahy, Managaratiba, Angra e Paraty. Ocupam as margens da Baía do Rio de Janeiro mas os de Niteroi, São Gonçalo, Magé e Maxabomba. Na Baía de Rio de Janeiro há navegação, tanto feita a vapor, como em barcos particulares, que transportam produtos de fábricas e da pequena lavoura.

Entre tanto não é a navegação o meio mais comum de transporte, hoje Angra, Porto das Caixas, Inhamerim, são apenas uma sombra do que eram há trinta anos; as estradas de ferro destruíram os antigos centros, criaram novos e trouxeram [46] uma verdadeira revolução econômica no estado, a qual ainda não está de todo terminada.

Os três principais centros da viação do estado são a Capital Federal e as cidade de Niteroi e Campos.

Da Capital Federal partem a estrada de ferro do Rio do Ouro, com pouco mais de 83.843 metros de extensão, sem importância ainda, por não passar de um anexo de abastecimentos de água da Capital Federal, atravessando apenas de Maxabomba, mas devendo pela força da sua situação procurar o município de Vassouras; e a estrada de ferro Central do Brasil, antigamente chamada estrada de ferro Pedro II, a mais importante da federação.

A estrada de ferro Central do Brasil percorre em 108 km a distancia entre a Capital Federal e a Barra do Pirahy onde bifurca-se, mandando um braço [47] para São Paulo e outro para Minas Gerais.

Em São Francisco Xavier recebe a estrada de Ferro do Norte, que, acompanhando a baía do Rio a maior ou menor distancia atravessa os municípios de Maxabomba e Magé e reúne-se à estrada de ferro do Grão Pará, que, partindo do porto de Mauá, vai em 91,700 km a São José do Rio Preto, atravessando os municípios de Magé e Petropolis: ambas as estradas, que pertencem à mesma companhia tem um percurso de 137,200 km. Em Sapopemba a Estrada de Ferro Central do Brasil manda para Santa Cruz um pequeno ramal de 34,090 km, o qual facilita as comunicações com o município de Itaguahi, em Belém outro de 4,929 km para Macacos onde existe a notável fábrica de tecidos Brasil Industrial.

[48]

Em Santa Ana recebe a estrada de ferro Parahiense com 35 km, que serve aos municípios de Barra do Pirahy a Estrada de Ferro Central manda dois braços que ambos servem à vasta

zona do Estado do Rio e dos quais o da esquerda dirige-se a São Paulo e o da direita a Minas Gerais.

A linha de São Paulo, acompanhando o rio Parahyba serve os municípios de Barra do Pirahy, Pirahy, Barra Mansa e Rezende, na extensão de 95 km, até a estação de Campo Bello no quilometro 203, em que passa para São Paulo.

Neste percurso recebe: na Barra do Pirahy, a estrada de Ferro Santa Isabel do Rio Preto, que serve os municípios de Pirahy e Valença, penetrando depois em Minas Gerais, com 75 km de extensão; em sociedade, a estrada de ferro Bananalense, que atravessa o município [49] de Barra Mansa e chega com 29 km à cidade de Bananal, no estado de São Paulo; em Suruby, a estrada de Ferro de Rezende a Areias, com 59 km que serve ao município de Rezende.

A linha de Minas desce o Rio Parahyba até Entre Rios, na extensão de 89 km, servindo aos municípios de Barra de Pirahy, Valença, Vassoura, Santa Teresa e Parahyba.

Neste trecho recebe a estrada de ferro Central: a E. F. Vassourense na estação de Vassouras que vai à cidade e serve o município do mesmo nome, com 6 km de extensão; a E. F. União Valenciana, em Desengano, com 63,900 km, servindo o município de Valença; a estrada de Ferro do Commercio ao Rio da Dores, com 62 km servindo o município de Santa Teresa e procurando Minas Gerais.

Em Entre Rios subdivide-se a estrada de ferro Central em duas linhas, das quais a da direita leva ao interior de Minas Gerais; [50] e a da esquerda, acompanhando o Parahyba segue por 63 km até Porto Novo do Cunha onde termina, depois de ter servido os municípios de Parahyba do Sul, Sapucaia e Carmo.

A estrada de ferro do Cantagalo parte de Niteroi, e, servindo aos municípios de São Gonçalo, Itaborahy, Macacú, chega com 108 km a Nova Friburgo, onde se bifurca.

Neste trecho encontram-se-lhe: a E. F. Maricahense, em Alcântara, com 40 km, que serve os municípios de São Gonçalo e Maricá; a E. F. Rio Bonito e Macahé, em Porto das Caixas, que, servindo os municípios de Itaborahy, Rio Bonito, Capivarí e Barra de São João chega à cidade de Macahé, com 147 km de extensão.

[51]

Em Nova Friburgo, a E. F. de Cantagalo manda o ramal do Sumidouro, que, servindo os municípios de Nova Friburgo, Sumidouro e Carmo atravessa o Parahyba pouco abaixo do Porto Novo do Cunha, em Melo Barreto, 99,453 km, e unindo-se à E. F. Leopoldina

penetra por Minas Gerais. A linha central continua pelos municípios de Nova Friburgo, Duas Barras, Bom Jardim, Cantagalo e Itaocara, até Portera com 127,563 km. Em Cordeiros manda um ramal de 19,456 km para Macuco, o qual se planeja ligar aos 85 km da E. de F. Barão de Araruama, servindo assim os municípios de São Sebastião do Alto, São Francisco de Paula, Santa Maria Magdalena e Macaé.

Finalmente Campos é o ponto de partida de várias linhas férreas.

Sai dela a E. F. de Carangola, que, atravessando os municípios de Campos, [52] Monte Verde e Itaperuna, vai com 168,430 km a Santo Antônio de Carangola, onde se liga à Leopoldina. Tem dois ramais: o de Itabapoana, que penetra no Espírito Santo, depois de 22,263 km de curso nos municípios de Campos e São João da Barra; e o de Patrocínio, que corta o mesmo município de Campos e o de Itaperuna, na extensão de 33,200 km.

A E. F. de São Fidelis, acompanhando a margem direita do Parahyba, serve aos dois municípios de Campos e São Fidelis, terminando em Luca, depois de um percurso de 53,324 km. Continuação de esta pode considerar-se a E. F. Paduana, que, atravessando os municípios de São Fidelis, Monte Verde e São Antônio de Padua, termina em Miracema, com 91 km. Em Paraokena manda um ramal de 18 km para a Leopoldina. A E. F. de São Sebastião atravessa o município de Campos na extensão de 22,927 km.

[53]

A Estrada de Ferra Imbetiba a Campos serve os municípios de Campos e Macahé, terminando em Imbetiba com 96,520 km. Atravessam a Guissamã a EF Barão de Araruama, com 85,734 km. E a E Central de Macahé com 44 km., contados de Macahé a Glicério.

As estradas quase todas que partem de Niteroi e Campos ou nelas se entroncam, pertencem à Companhia da Leopoldina, com a qual se ligam em mais de um ponto, e cujas linhas, prolongando-se por Minas Gerais e Espírito Santo, têm uma extensão de quase 3.000 km.

São estas as extensões de vias férreas já construídas e que estão em tráfico efetivo. Muitas outras há concedidas, estudadas e em princípio de construção.

Destas mencionaremos só: A E. F. Sapucahy, que, partindo de Botafogo na Capital Federal, [54] deve ir a Angra dos Reis e, aproveitando-se da E F Paraiense, e E. de F. de Rio Preto, procurar as aguas de Caxambú e Minas e o Oeste de São Paulo; a de Mangueira ao Commércio, que, partindo da Capital Federal deve ligar-se à de Commércio no Rio das Flores e o prolongamento da E. F. O. de Minas, que, partindo de Barra Mansa, irá a Lavras do Funil, em Minas, procurando depois Goiás.

Além das linhas telegráficas que servem às estradas de ferro, á depenentes da Repartição Geral dos Telégrafos 1.356 km. Com 29 estações. É de 70 reis o preço de cada palavra entre qualquer delas e a Capital Federal. Todos os lugares atravessados por vias férreas recebem diariamente entre correspondência. Para os lugares que ficam mais afastados, há 55 postes, quase todos diários. Algumas entretanto só partem [55] 15 vezes por mês; duas ou três só três vezes por semana. Há também duas linhas, a de Campos a São João da Barra passando por Tahy, e a da Freguesia de Itabapoana a São Francisco de Paula de Casimbas, que só trabalha de 10 em 10 dias. Há no estado 374 agências postais. O porte de uma carta de 15 gm. é de 100 reis para todo o território dos Estados Unidos do Brasil e de 200 reis para todos os pontos da União Postal.

[56] A moeda na linguagem comum conta-se em vintens, de que cinco fazem um tostão, 16 uma pataca e 20 um cruzado; mais a unidade monetária é o real, plural reis, partícula imaginária (igual a OK 0028376 de ouro), de que a menor parte amoedada são 10 reis, em peças de bronze e cobre.

20 reis são pois um vintem, 5 vintens um tostão ou cem reis, dez tostões 1000 reis, que se escreve 1.000 ou simplesmente 1 \$; mil 1\$000 formam um milhão de reis, que usualmente se diz um conto.

A base da circulação monetária é o ouro, de que uma oitava (OK, 0035863) vale 4\$. Há cunhadas em ouro moedas de 40\$, 20 \$, 10\$ e 5\$. De moedas de ouro estrangeiras, ao par, valem as onças espanholas 29\$, os Soberanos 8.890\$, as peças de 20 francos 6\$400, as águias norte-americanas de 10 dolars 17\$600.

Há cunhadas em prata moedas de 2\$, 1\$, 500, 200 e 100, e em cobre moedas de 40, 20 [57] e 10 reis.

Uma moeda de 20\$ pesa $\frac{5}{8}$ de ouro, uma de 2\$ pesa $\frac{7}{8}$ e 8 graus de prata, uma de 40 reis pesa $\frac{4}{8}$ de cobre. Uma onça (OK, 0286906), que se subdivide em $\frac{8}{8}$, vale em ouro 32\$, em prata 2\$250, em cobre 40 reis.

As moedas de cobre não se cunham mais e vão sendo substituídas na circulação por moedas de Nickel de 200, 100 e 50 reis ou de bronze de 10, 20 e 40 reis. As moedas de níquel constam de 25 partes de este metal e 75 de cobre, as de bronze de 95 partes de cobre, 4 de estanho e um de zinco. Todavia as transações nacionais são todas feitas em papeis do governo ou de bancos. Há notas do governo de 500, 1\$, 2\$, 5\$, 10\$, 20\$, 30\$, 50\$, 100\$, 200\$, 500\$.

Considerando o cambio ao par, 1\$ vale 27 pence e é em relação a este número que se fazem as cotações. Dizem que o cambio está a 27, [58] significa que em troca de 1\$ recebem-se 27 pences e a Libra Esterlina vale 8\$889; a 24 a Libra vale 10\$, a 20 vale 12\$, a 18 vale 13\$333.

Infelizmente o cambio é sujeito a muitas oscilações.

Sobre pesos e medidas vasta dizer que o sistema métrico decimal é o adotado; fala-se, porém, ainda em arrobas, que tem cada uma 14,6896 kg, e em libra, trigésima segunda parte da arroba, que tem 0,45905 kg.

Na avaliação das terras das fazendas ou das áreas plantadas em lugar de hectares, usam-se os alqueires. O alqueire era uma medida de capacidade, variável conforme os diversos lugares, - de 36 a 50 litros -, e por uma translação natural passou a designar, em vez dos grãos - geralmente de milho -, que servia para medir a superfície em que estes [59] grãos eram plantados. Quando se diz, por exemplo, que uma fazenda tem 200 alqueires, significa que possui superfície bastante para nela se plantarem 200 alqueires de milho, a razão de 5 caroços por cova, isto é 200 vezes 22.500 covas ou 112.500 plantas.

Em geral o alqueire que se fala no estado de Rio de Janeiro é o alqueire planta, de 75 braças em quadra ou 5.625 braças quadradas, equivalentes a 27.225 metros quadrados, igual a quase 3 hectares.

Usa-se também o alqueire geométrico de 48.400 m².

Chama-se situação uma propriedade de 50 alqueires no máximo, sitio quando tem 100, fazendola quando tem 150. De 200 alqueires por diante, o estabelecimento rural chama-se fazenda.

[60]

Até 1889, a religião católica era a religião do Estado, que lhe assegurava posição privilegiada, pagava os seus ministros, concorria para a ereção das Igrejas etc. Ainda hoje e o culto de quase a totalidade dos fluminenses; mas estando a Igreja separada do Estado, não existem mais relações oficiais entre as duas entidades.

O Estado só reconhece o casamento civil. Há pelo estado muitas confradias religiosas, como há diversos estabelecimentos de beneficência e nas cidades mais importantes hospitais, que recebem e tratam gratuitamente os enfermos pobres, qualquer que seja sua religião, qualquer que seja sua nacionalidade.

[61]

A instrução pública primária é gratuita, obrigatória e leiga. Nas escolas públicas custeadas pelo Estado não se pode só pena de multa, dar ensino religioso, que compete exclusivamente à família.

O ensino primário compreende leitura e escritura; noções de gramática nacional; elementos de aritmética, inclusive sistema métrico; instrução moral e cívica; elementos de geografia, especialmente do Rio – matérias obrigatórias para ambos os sexos. Para o sexo feminino são também obrigatórios os trabalhos de agulha, corte de roupa branca e economia doméstica.

São disciplinas facultativas: Noções de física, Química e História Natural, aplicáveis aos cursos da vida; Noções de Higiene Geral; Desenho Geométrico e de Ornato; Música Vocal, Ginástica e Trabalhos Manuais.

Isentam-se da matrícula e freqüência [62] obrigatória nas Escolas Públicas os meninos que ficaram que ficaram a mais de 2 km e as meninas que ficarem a mais de 1 km da escola; os que tiverem impedimentos físicos ou moral, moléstias repulsivas ou contagiosas; os que forem instruídos em casa ou estabelecimentos particulares; os que conhecerem suficientemente as disciplinas obrigatórias; os indigentes, enquanto não forem oficialmente providos do vestiário indispensável ao decoro e à decência.

A idade mínima para a matrícula é de 6 anos e a máxima de 14 para o sexo masculino, de 12 para o sexo feminino. O Estado fornece os livros e todos os materiais de ensino. Em cada distrito municipal funciona pelo menos uma escola para cada sexo, que em caso nenhum pode ser abolida. Logo que qualquer escola tiver uma freqüência média [63] de 40 alunos dos anos tratar-se-ha de abrir outra no mesmo município.

O ensino particular é livre. As pessoas que estabelecerem escola ou colégio particular, deveram declarar por escrito ao Secretário do Negócios do Interior e Justiça as disciplinas professadas e enviar-lhe os estatutos que são obrigadas a ter.

[64] [Com Outra letra]

O Estado do Rio de Janeiro tem 40.426 km².

Segundo o último recenseamento tem 1.053.817 habitantes, que vivem em 179.652 prédios, constituindo 182.768 famílias. Desta população pertencem ao sexo masculino 540.416 e do sexo feminino 513.401 habitantes.

Divide-se em 29 comarcas, que compreendem 48 municípios. Subdividem-se estes por sua vez em 195 distritos. Antes de separar-se a Igreja do Estado, o número das paróquias era de 135.

ⁱ Pesquisa e transcrição realizada por María Verónica Secreto. Sou grata aos funcionários da Sessão de Manuscritos da Biblioteca Nacional.